

# Funaro: as novas medidas saem até quarta-feira.

Entre elas estão a correção de 60% na OTN, que vai reajustar os aluguéis e as prestações da casa própria.

O governo fez ontem uma revisão geral dos decretos que nesta semana fixarão a correção da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional, aluguéis, contratos em geral e do Sistema Financeiro da Habitação e a exclusividade da pós-fixação para os juros bancários. À noite, o ministro Dílson Funaro recebeu em sua residência o consultor-geral da República, Saulo Ramos, e o presidente do Banco Central, Francisco Gros. No encontro os textos finais dos decretos foram revistos.

A reunião foi o último item da agenda do ministro da Fazenda ontem. Pela manhã, de sua residência, ele continuou mantendo contatos telefônicos com banqueiros e autoridades econômicas internacionais. No final da manhã, foi ao Palácio da Alvorada almoçar com o presidente Sarney, a quem fez um relato das repercussões externas da decretação da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa.

O ministro interrompeu a reunião para desmentir a informação de que o Brasil está negociando um empréstimo de emergência de US\$ 1,5 bilhão do Fundo Monetário Internacional (FMI). Explicou que se discutem apenas a forma e o prazo de pagamento de US\$ 1 bilhão, a título de amortização do empréstimo-ponte levantado pelo ex-ministro Delfim Neto, na crise de 1982.

O ministro informou que o Brasil não pretende suspender o pagamento da dívida ao Fundo, "mas

discutir uma forma melhor de pagamento". afirmou ainda que "o País não tem por hábito atrasar pagamentos ao FMI".

Funaro disse também que o País está preparado para reiniciar as discussões com os bancos credores a "qualquer momento". Inclusive, segundo o ministro, isto foi afirmado claramente no telex que o País enviou aos 700 bancos credores (leia na página 12). O ministro deixou a entender que depende apenas dos bancos o início da renegociação e sua viagem aos Estados Unidos.

O ministro reafirmou que não espera um endurecimento da comunidade econômica internacional e que o País procurará "o caminho do entendimento". Disse ainda que não discutiu nenhuma medida interna com o presidente.

Os decretos do "aniversário do cruzado" serão divulgados até quarta-feira, no máximo, segundo intenção demonstrada pelos assessores de Funaro no final de semana. A exclusividade da pós-fixação nos juros bancários será implementada por resolução do Banco Central, as outras medidas, por decretos.

A OTN terá seu valor corrigido em até 60% em 1º de março e depois disso será reajustada mensalmente, como a ORTN, que sucedeu depois da edição do Plano Cruzado. Os aluguéis serão corrigidos na mesma data, com base no índice de correção da OTN. Mas existe a possibilidade de o presidente Sarney baixar outro decreto prorrogando

o prazo das proibições dos despejos.

O mesmo índice da variação da OTN poderá ser aplicado aos contratos do Sistema Financeiro da Habitação (saldo devedor e prestações). Outro decreto fará a correção monetária voltar para contratos, em prazos inferiores a um ano.

## Tranquilidade

O ministro Dílson Funaro aparentava tranquilidade sábado, um dia após o anúncio oficial da moratória da dívida externa. Ele ficou em Brasília, a pedido do presidente Sarney, e, depois de receber em sua residência oficial correspondentes da imprensa estrangeira — quando afirmou que "o País está preparado para a possibilidade de um endurecimento" dos credores e defendeu a criação do Ministério da Economia, com a incorporação da Secretaria do Planejamento ao Ministério da Fazenda — concedeu rápida entrevista ao repórter Vicente Dlanezi Filho.

O ministro disse que a decisão do governo não foi "ideológica nem emocional", reiterou a disposição do Executivo de não mais interferir na economia por meio de decretos-leis e informou que a revisão global dos subsídios não atingirá os incentivos fiscais destinados às superintendências regionais de desenvolvimento.

Funaro aguardava, sábado, as primeiras reações oficiais dos credores internacionais, mas tinha certeza de que saberia de tudo hoje. Afinal, pensava o ministro, o

adiamento do pagamento dos juros da dívida não é novidade para os banqueiros: "Já vínhamos, há tempos, alertando os credores de que haveria um limite na queda de nossas reservas e que não nos sujeitaríamos a uma política recessiva igual à de 1982". Naquela época, o governo pagou a dívida externa com desemprego e recessão, continuou o ministro, lembrando que a nova postura é uma decisão do governo atual.

Essa postura Funaro conheceu de perto quando assumiu o Ministério da Fazenda, em agosto de 1985. "Desde o dia em que entrei, o presidente me disse que não queria queda nas reservas cambiais. Desde então, fomos avisando os principais credores e governos da posição brasileira." Nesse período, o governo preparou-se para a negociação e tomou a decisão, depois de ver as reservas caírem para US\$ 3,96 bilhões. Segundo Funaro, esse é o nível das reservas líquidas.

É dinheiro em caixa ou ouro. Elas não incluem títulos a cobrar como as polonetas. Se for contabilizar tudo, nossas reservas chegam a US\$ 7 bilhões — disse o ministro.

As reservas líquidas eram de US\$ 6,7 bilhões no final de 1985 e começaram a cair não porque houve falta de administração, mas como resultado da sangria de divisas por via dos custos da dívida, transferidas ao Exterior durante o ano passado.

— Pagamos US\$ 1,7 bilhão aos bancos oficiais e recebemos de di-



nheiro novo apenas US\$ 170 milhões. As importações, mesmo com o gasto de US\$ 1,5 milhão em alimentos, foram menores que as do ano anterior. Além disso, pagamos uma dívida de US\$ 890 milhões ao Fundo Monetário Internacional (FMI) — desabafou o ministro.

Mas o governo está preparado para eventuais retaliações dos banqueiros? Os depósitos do Brasil no Exterior foram realmente transferidos para agências bancárias fora do alcance dos credores?

— Esse é um assunto do governo — respondeu Funaro, recusando-se assim a enumerar as medidas tomadas para calcar a moratória. Para ele, conta o fato de que o confronto não interessa a ninguém — nem ao Brasil nem aos credores.

— O endurecimento não é bom para ninguém. Desejamos todos abrir caminhos, sem ter de assinar

contratos todos os anos. Os exagros são elementos perturbadores da atividade econômica.

Funaro acredita que o Brasil está em boa posição. Um dos elementos desse otimismo é o superávit comercial que, mesmo tendo caído para US\$ 8 bilhões neste ano (previsão do ministro do saldo das exportações e importações brasileiras em 1987), ainda demonstra, nas suas palavras, um grande esforço interno para honrar os compromissos internacionais. Outro elemento com que conta o ministro é a postura governamental.

— Os ministros, e todos os governos sabem e fazem isso, têm obrigação de proteger suas reservas. Não vamos repetir 1982, em que não havia recursos nem para pagar as matérias-primas essenciais para a manutenção da atividade econômica.